

Ao longo de décadas, muitas regiões foram classificadas como periféricas, frágeis ou pouco competitivas, como se o seu destino económico estivesse previamente determinado por limitações geográficas, demográficas ou estruturais. Esta perspetiva, ainda presente em vários discursos públicos, sugere que determinados territórios nasceram condenados a um desempenho económico modesto, dependendo permanentemente de ajuda externa ou de ciclos ocasionais de investimento. Contudo, a investigação contemporânea em desenvolvimento regional revela uma realidade muito mais complexa. O talento humano encontra-se amplamente distribuído entre países, cidades e regiões, enquanto as oportunidades permanecem desigualmente concentradas. Em termos simples, o problema de numerosos territórios não reside na ausência de capacidade, mas na ausência de ecossistemas capazes de transformar esta capacidade em valor económico e social. Talento não falta; o que frequentemente falta são sistemas articulados que o reconheçam, desenvolvam e libertem.

A noção de ecossistema tornou-se central nas ciências económicas e de gestão porque permite compreender a interdependência entre atores, instituições e recursos. Porter (1998) demonstrou que territórios competitivos emergem quando empresas, universidades, governo e redes locais interagem de forma produtiva, criando vantagens dinâmicas difíceis de replicar. O crescimento económico raramente resulta de um único investimento isolado ou da simples presença de recursos naturais. Surge antes da combinação entre capital humano, inovação, confiança institucional, infraestruturas adequadas e circulação contínua de conhecimento. Quando estes elementos se reforçam mutuamente, cria-se um ambiente favorável onde ideias podem amadurecer, empresas podem nascer e a produtividade pode aumentar de forma sustentada.

Muitos territórios possuem jovens talentosos, trabalhadores resilientes, empreendedores criativos e comunidades dotadas de forte identidade cultural. Possuem igualmente recursos patrimoniais, ambientais ou estratégicos que poderiam servir de base a atividades económicas de maior valor acrescentado. Porém, sem ligação entre sistema educativo e mercado de trabalho, sem acesso a financiamento, sem redes de mentoria, sem instituições ágeis e sem liderança estratégica, este potencial tende a dispersar-se. A fuga de talento observada em várias regiões europeias ilustra claramente este fenómeno. Jovens qualificados partem não necessariamente por falta de ligação emocional ao território, mas por ausência de condições concretas para concretizar ambições profissionais e pessoais. A OCDE (2023)

sublinha que regiões que perdem capital humano enfrentam menor inovação, envelhecimento acelerado, menor capacidade fiscal e fragilização do tecido produtivo.

Este processo gera um círculo vicioso difícil de quebrar. Quando os mais qualificados saem, reduzem-se referências de sucesso local, enfraquecem-se redes profissionais e diminui a atratividade para novos investimentos. Em consequência, aumenta a percepção de que o território oferece poucas oportunidades, incentivando novas saídas. Assim, a perda de talento não é apenas efeito do subdesenvolvimento regional; torna-se também causa da sua persistência.

Em Portugal, esta reflexão assume particular relevância. O país revela talento reconhecido internacionalmente em áreas como engenharia, saúde, turismo, design, ciência e criatividade digital. Empresas tecnológicas fundadas por portugueses operam em mercados globais, profissionais nacionais destacam-se em instituições internacionais e universidades produzem investigação competitiva. Ainda assim, persistem assimetrias territoriais entre litoral e interior, bem como desafios específicos nas regiões autónomas. Madeira e Açores demonstram que a distância geográfica não impede excelência humana. O verdadeiro desafio consiste em construir ecossistemas suficientemente robustos para fixar talento local, atrair novas oportunidades e integrar capacidades regionais em cadeias globais de valor.

A educação ocupa lugar decisivo neste processo. Escolas, institutos politécnicos e universidades não devem limitar-se à transmissão de conhecimento abstrato. Necessitam de funcionar como plataformas de ligação ao território, promovendo estágios, incubação empresarial, investigação aplicada e resolução de problemas locais. Audretsch e Belitski (2017) demonstram que instituições educativas conectadas a empresas, incubadoras, centros tecnológicos e organizações sociais aumentam empregabilidade, empreendedorismo e inovação regional. Quando um estudante compreende que pode criar valor sem abandonar a sua região, o território deixa de ser percecionado como limite e passa a ser entendido como oportunidade.

Todavia, talento necessita igualmente de cultura institucional favorável. Em muitos contextos, burocracia excessiva, lentidão administrativa, fragmentação decisória e resistência à inovação sufocam iniciativas promissoras. Projetos empresariais simples enfrentam processos morosos, investidores desistem perante incerteza regulatória e cidadãos perdem confiança na capacidade executiva das instituições. A Comissão Europeia

(2022) tem sublinhado que competitividade territorial depende crescentemente de gestão ágil, simplificação regulatória e cooperação multinível. Um território pode possuir excelentes pessoas, mas se os seus sistemas desencorajam ação, o potencial transforma-se em frustração.

Importa igualmente reconhecer o papel das redes. O desenvolvimento económico contemporâneo é profundamente relacional. Territórios mais dinâmicos tendem a possuir elevada densidade de contactos entre empresários, investigadores, autarquias, investidores e associações cívicas. A confiança reduz custos de coordenação, acelera decisões e facilita projetos conjuntos. Onde cada ator trabalha isoladamente, o talento individual encontra barreiras desnecessárias. Onde existe cooperação, pequenos recursos podem gerar grandes impactos. Em muitos casos, o diferencial competitivo entre regiões semelhantes não está nos ativos disponíveis, mas na capacidade de os articular coletivamente.

Existe ainda uma dimensão simbólica frequentemente negligenciada: a narrativa coletiva. Regiões que se descrevem continuamente como atrasadas, esquecidas ou condenadas ao declínio enfraquecem a confiança interna e reduzem ambição social. Jovens crescem a ouvir que o sucesso exige partir, empresários assumem que investir localmente é irracional e decisores habituem-se à gestão da escassez. Em contraste, territórios que comunicam visão, autoestima e sentido estratégico atraem energia empreendedora. O desenvolvimento começa também na forma como uma comunidade se imagina. Talento precisa de ser reconhecido antes de ser mobilizado.

Para Portugal, a lição é clara. Em vez de perguntar apenas quantos recursos faltam, importa perguntar quantas ligações faltam. Quantas pontes entre escolas e empresas? Quantos programas que apoiem jovens empreendedores locais? Quantas redes entre diáspora e regiões de origem? Quantos mecanismos que permitam transformar investigação em soluções concretas? Quantas políticas públicas avaliam resultados em vez de apenas intenções? Muitas vezes, o capital necessário já existe sob forma humana e relacional; falta arquitetura institucional que o organize e direcione.

Também importa abandonar a ideia de que desenvolvimento regional depende exclusivamente de grandes projetos externos. Embora investimento externo possa ser importante, prosperidade duradoura nasce frequentemente da mobilização interna de capacidades locais. Pequenas empresas inovadoras, cooperativas modernas, startups

tecnológicas, turismo especializado, indústrias criativas e serviços exportáveis podem transformar economias regionais quando inseridos em ecossistemas funcionais. O essencial não é esperar por salvadores externos, mas criar condições para que agentes locais floresçam.

Em síntese, talento não falta porque capacidade humana existe em abundância, inclusive em territórios historicamente subestimados. O que falta, demasiadas vezes, são ecossistemas que libertem esse talento, ligando conhecimento, confiança, capital e propósito comum. O futuro dos territórios dependerá menos de recursos herdados e mais da qualidade das relações que conseguem construir. Prosperidade não nasce apenas de ativos materiais; nasce de sistemas inteligentes que permitem a pessoas comuns realizar potencial extraordinário.

Referências Bibliográficas

Audretsch, D. B., & Belitski, M. (2017). Entrepreneurial ecosystems in cities: Establishing the framework conditions. *The Journal of Technology Transfer*, 42(5), 1030–1051.

<https://doi.org/10.1007/s10961-016-9473-8>

Comissão Europeia. (2022). *Eighth report on economic, social and territorial cohesion*. Brussels: European Commission.

OCDE. (2023). *Regions and cities at a glance 2023*. Paris: OECD Publishing.

Porter, M. E. (1998). Clusters and the new economics of competition. *Harvard Business Review*, 76(6), 77–90.